

IDUKASON DI PIKINOTT¹* – TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM CABO VERDE

Catarina Furtado-Fernandes-Delgado

Introdução

Cabo Verde é um pequeno país, formado por dez ilhas e oito ilhéus de origem vulcânica, situando-se a cerca de 500 km a oeste da costa africana, no Oceano Atlântico, tendo, no total, uma superfície de 4.033 Km². As ilhas distribuem-se por dois grupos, Ao norte, as ilhas-ao-vento (ilhas do Barlavento), das quais fazem parte as ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia (a ilha desabitada), São Nicolau, Sal e Boa Vista. Ao sul, as ilhas-sob-o-vento (ilhas de Sotavento), aparecem as ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava.

A população, segundo os dados do (INE, 2016), é de 541 153 habitantes. A Língua oficial é o português, no entanto, o crioulo é a língua falada mais comum e utilizada no cotidiano pela maioria da população. O clima é tropical seco, com chuva escassa, situação que se tem se agravado nos últimos anos. O relevo é acentuado, com grandes montanhas e vales profundos. A economia baseia-se essencialmente na agricultura, predominando o cultivo do milho e da cana-de-açúcar. A pesca e o turismo constituem um potencial de desenvolvimento, embora ainda subaproveitados.

Este texto tem por objetivo apresentar a trajetória histórica da Educação Pré-escolar em Cabo Verde, após 1975, no intuito de conhecer e analisar os fatores decorrentes da independência de Portugal. É indiscutível o papel da educação da pequena infância no desenvolvimento intelectual, físico, afetivo e emocional, não só para a promoção do sucesso escolar, mas também e principalmente para viver plena-

¹Do crioulo ou língua caboverdiana traduzido para português significa educação de infância ou educação dos pequenos.

*DOI - 10.29388/978-65-86678-02-4-0-f.243-268

mente a infância, praticando todas as linguagens e construindo as culturas infantis.

No presente estudo, optou-se pela abordagem metodológica qualitativa. No tocante às técnicas de coleta de dados, recorreu-se à análise documental e entrevista semiestruturada; a análise documental visa analisar a legislação cabo-verdiana e outros documentos que ajudam a conhecer a trajetória da educação pré-escolar², bem como conhecer as políticas para essa etapa da educação.

Após a análise documental, procedeu-se à realização de entrevistas semiestruturadas, visto que permitem a otimização do tempo disponível, o tratamento sistemático dos dados e possibilitam ainda a introdução de novas questões, sempre que houver necessidade. Como público-alvo para a realização das entrevistas foram escolhidos sujeitos da sociedade cabo-verdiana. No que tange à análise da entrevista, recorreu-se à análise de conteúdo (BARDIN, 1995).

Período colonial e pós-colonial

A educação em Cabo Verde teve seu início com a ocupação das ilhas, na mais velha cidade de Cabo Verde (Cidade de Velha), que é hoje Patrimônio Mundial da Humanidade. (UNESCO, 2009).

A trajetória da educação em Cabo Verde divide-se em dois grandes momentos: o período colonial e o pós-colonial.

No período colonial, até 1975, as primeiras iniciativas datam do início dos anos 60 (iniciativas informais). Em fevereiro de 1964, foi publicada uma portaria (Nº2038), que determinava a criação de classes preparatórias nas colônias portuguesas, com o objetivo prioritário de preparação para a escola e a aprendizagem da língua portuguesa. Contudo, a generalização do Ensino Pré-Primário como parte integrante da escola primária só aconteceu em 1968³; as classes funcionavam nos mesmos estabelecimentos de ensino, e os responsáveis por essas clas-

² O sistema educativo compreende os subsistemas da Educação pré-escolar, da educação escolar e da educação extra-escolar, complementados por atividades de desporto escolar e os apoios e complementos socioeducativos, numa perspectiva de integração. Artigo 12º, ponto 1, do Decreto lei nº2/2010, de 7 de maio.

ses deveriam ser habilitados com a 4ª classe e uma preparação pedagógica de curta duração, passando a serem denominados monitora(es) escolares.

Após a independência (1975), no período pós-colonial, foram abertas novas perspectivas para a infância e para a educação. O novo estado imprimiu algumas reformas, sobretudo no âmbito da lei da família, instituindo a igualdade dos filhos perante a lei. Foram publicadas leis de proteção à maternidade e à infância, e em especial o código da família, o código do menor. Houve também o reconhecimento da importância da Educação Pré-escolar para um desenvolvimento harmonioso da criança e o incentivo à criação de instituições capazes de favorecer esse desenvolvimento.

Ainda em finais dos anos 76 e década de 80, são criadas algumas instituições de Educação Pré-escolar, sob auspícios do Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade (ICS), destinadas a crianças provenientes das famílias mais carentes.

Nos primeiros dez anos da independência, ou seja, em 1985, o governo e algumas associações e organizações, tais como o Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade-ICS (atualmente denominado Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade-FCS), o Instituto Cabo-verdiano de Menores-ICM, (atualmente Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente-ICCA), as Organizações das Mulheres Cabo-verdianas, a Organização dos pioneiros Abel Djassi, as instituições religiosas, os organismos internacionais (UNICEF) e, finalmente, organizações não governamentais, como RADDA BORNEN E BORNEFONDEN, centraram-se no desenvolvimento de programas e projetos de atendimento à educação destinada à infância, em uma perspectiva de atendimento aos jardins de infância das zonas urbanas e posteriormente os das zonas rurais.

Embora, por um lado, o objetivo era promover a Educação Pré-escolar, por outro lado visavam apresentar estratégias muito

³ Cf. Regulamento do Ensino Primário Elementar, aprovado pelo Diploma Legislativo nº 1663, de 19 de

Junho de 1968, do Governo da Província de Cabo Verde.

abrangentes para incentivar a educação, a alfabetização e a participação da mulher no processo de desenvolvimento econômico, social e político.

Em consequência de transformações que ocorreram nos primeiros anos da independência, como o aumento da entrada da mulher para o mercado de trabalho, além do aumento considerável de emigração do interior para as vilas e cidades e com o crescimento do meio urbano, instaurou-se a necessidade de as mães deixarem os filhos com pessoas idôneas e que pudessem iniciá-los em alguma atividade de carácter educativo/formativo. Deste modo, surgiram os primeiros jardins de infância rurais e as escolinhas do meio urbano, ao todo nove, pertencendo a entidades diferenciadas como, por exemplo, ICS⁴ e algumas ONGs. Contudo, esses espaços ora criados funcionavam como centro de recepção e guarda, oferecendo algumas atividades de carácter lúdico (canções, histórias e jogos) e aprendizagem da língua portuguesa⁵.

Ainda nessa mesma década (1970–1980, primeiros anos da independência), o Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade formou as primeiras monitoras e definiu os seguintes objetivos para a Educação Pré-escolar:

–Assegurar o florescimento da personalidade (satisfação das necessidades intelectuais, cognitivas, de criatividade e de independência) e oferecer materiais para o desenvolvimento da personalidade.

– Contribuir para a satisfação das necessidades nutricionais e sanitárias da criança; se o jardim não tiver condições para atender a todas as necessidades nutricionais das crianças, deve procurar parcerias para tal.

⁴ Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade– atual Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade– FCS

⁵ A língua de ensino é o português, sobretudo na escolaridade obrigatória, escolas secundárias e universidades. O crioulo ou língua cabo-verdiana foi ensinada em um projeto piloto em algumas escolas básicas. Embora a Lei apregoasse o ensino da língua cabo-verdiana no ensino secundário, tal fato praticamente não aconteceu.

- Favorecer a organização de conhecimentos a partir das experiências vividas pela criança, partindo dos pré-requisitos que as crianças trazem de casa.
- Responder às necessidades de desenvolvimento físico e muscular da criança, propondo atividades de acordo com as idades das crianças.
- Estimular o desenvolvimento intelectual (a curiosidade, a imaginação, etc.), por meio de atividades específicas, que devem responder ao desenvolvimento das crianças.
- Preparar a criança para a escola, fazendo com que saia do jardim de infância com um bom desenvolvimento da motricidade, linguagem, leitura de imagens, dentre outros aspectos.
- Desenvolver na criança a iniciativa, a imaginação, o espírito de pesquisa e de descoberta.
- Favorecer a organização do conhecimento a partir das experiências vividas pelas crianças, a fim de aproveitar o que já sabem e desenvolver/enriquecer.
- Aprimorar a possibilidade de comunicação verbal, perceptiva e psicomotora, a partir das oportunidades e atividades desenvolvidas.

Os objetivos elencados eram relevantes, já que o Ministério da Educação não tinha ainda definido nenhuma orientação de trabalho educativo para as crianças dessa faixa etária. (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade, 1983).

Após quinze anos da independência nacional (1990), o governo notou que a educação pré-escolar carecia de outras reformulações, sobretudo a necessidade de apresentar um sistema de segurança alimentar, um dos problemas graves em Cabo Verde, devido às estiagens contínuas. Fazia-se necessário assegurar a escolaridade básica para 6 anos, alfabetizar adultos e melhorar a saúde infantil e da população em geral.

Nessa década, o país entrou em uma nova fase política, promovendo a institucionalização do poder local e a implementação da reforma.

Para a Educação Pré-escolar, foi um dos momentos mais marcantes, uma vez que, a partir de 90, passou a ser um dos subsistemas do sistema educativo, a partir da Lei 103/III/90, de 29 de dezembro. Até a presente data, essa lei e suas revisões sob a Lei n.º 113/V/99, de 18 de outubro, o Decreto-lei Nº2/2010, de 7 de maio e o Decreto-Lei nº13/2018, de 7 de dezembro, configuram-se como documentos legais de âmbito educativo que definem os princípios que regulamentam a Educação Pré-escolar. Igualmente importante, em 1996 é elaborado o primeiro Estatuto do ensino privado, aplicável à criação, à organização, ao funcionamento e à fiscalização dos estabelecimentos privados de educação e ensino, incluindo os da Educação Pré-escolar, com o Decreto-Lei nº 17/96, de 3 de junho, e que foi alterado pelo Decreto-Lei nº 32/2007, de 3 de setembro.

Assim, a década de 90 permitiu, em consequência do reconhecimento institucional expresso na importância da Educação Infantil, a retomada no pensar da Educação Infantil, conduzindo a uma reavaliação da problemática da educação de infância, sua organização curricular, o tipo de preparação e formação dos/das profissionais docentes de infância e o papel do Estado.

Em 1992, o Ministério da Educação cria a Coordenação Nacional da Educação Pré-escolar, com a Lei 14/97, integrada à Direção Geral do Ensino, nomeando uma especialista para coordenar. Essa medida foi seguida de um conjunto de ações que paulatinamente permitiu reconfigurar o lugar da Educação Pré-escolar no conjunto das preocupações educativas. No Encontro Nacional (1992), o tema foi a reflexão da situação da Educação Pré-escolar no país, sendo delineadas ações como a realização de um diagnóstico da situação da Educação Pré-escolar e a organização de uma base de dados; a elaboração de um programa mínimo adequado às diferentes realidades do país; a formação de mais técnicos e a coordenação pedagógica ser assegurada pelo Ministério da Educação; o acolhimento das crianças com menos de 3 anos. Contudo, este último recentemente foi publicado o Decreto-Lei nº 58/2018, de 14 de novembro, que define a criação ou regulamentação das creches; contudo, na prática ainda não houve mudanças.

No final dos anos 90, tendo em vista a “desorganização” dos jardins de infância, a Fundação Calouste Gulbenkian apresentou um estudo sugerindo a elaboração de orientações curriculares, um guia de atividades curriculares para a Educação Pré–Escolar.

Por outro lado, o Instituto Pedagógico⁶, criado com o Decreto nº18/88, de 9 de março, tinha a responsabilidade de formar os profissionais da área. A preocupação com o atendimento da demanda dos professores qualificados para o Ensino Básico impediu de avançar mais rapidamente na busca de soluções visando à formação /capacitação de agentes qualificados para a Educação Pré–escolar.

No entanto, a pressão (por parte dos municípios e da sociedade civil) obrigou o Instituto Pedagógico (IP) a avançar com a oferta de um curso experimental para a Educação da Infância, no período de 1998/1999, na Escola de Formação de Professores de São Vicente.

Essa formação experimental teve apoio da cooperação estrangeira, nomeadamente do Instituto Politécnico de Leiria e a Escola Superior de Educação João de Deus de Portugal. Foi dessa formação experimental que saíram os Educadores de infância que em sua maioria integraram a Coordenação Pedagógica da Educação Pré–escolar nas diferentes regiões do país.

A partir de 2000/2001, a DEPEB (Direção da Educação pré–escolar e Básica) publica o Guia de Atividades da Educação Pré–escolar, Cadernos de apoio às atividades nos Jardins de Infância, com o objetivo de orientar a prática pedagógica nos jardins de infância, uma vez que nessa altura existia já um público diversificado, ou seja, pessoal docente com vários níveis.

Em 2003, foi realizada uma Mesa Redonda sobre a Pequena Infância, na ilha de Santo Antão, com a finalidade de discutir a situação da infância em Cabo Verde; este encontro teve como principal objeti-

⁶ O Instituto Pedagógico foi uma instituição de nível médio que foi transformada em Instituto Universitário de Educação, sob o Decreto–lei nº17/2012, de 21 de junho; contudo, foi extinto através do artigo 1 do Decreto–lei nº19/2018, de 23 de abril, dando lugar à Faculdade de Educação e Desporto da Universidade de Cabo Verde, tendo em conta a Deliberação 009/2017, de 17 de junho de 2017, do Conselho da Universidade.

vo apresentar o levantamento da real situação da educação pré-escolar.

Face aos constrangimentos encontrados em 2005–2006, houve a implementação do Projeto Piloto de Abordagem Integrada da Pequena Infância, nas três regiões da ilha de Santiago (Praia, Santa Cruz e Calheta de São Miguel), sobretudo em Casa Lata e Fonton, bairros mais problemáticos da Cidade da Praia.

Ainda no período letivo de 2005–2006, o Instituto Superior de Educação (ISE) desenvolveu pela primeira vez o curso Superior de Educação de Infância, e o Instituto Pedagógico (IP) propôs um curso de Educação de Infância de nível médio. Após uma década das formações, pouca coisa ou nada foi feito para a melhoria da Educação Pré-escolar. O que se esperava era que, após essas formações, o próprio Ministério da Educação e Desporto criasse algum diploma que desse algumas regalias ao pessoal docente ora qualificado.

A Educação de Infância em Cabo Verde, designada por Pequena Infância, abrange a faixa etária dos 0 aos 8 anos, correspondente a três períodos importantes:

- Período dos 0 aos 3 anos, período decisivo para o desenvolvimento da criança, em que a dimensão Sobrevivência tem de ser particularmente vigiada, sem descurar a dimensão despertar, negligenciada entre nós;
- Período dos 3 aos 6 anos, período correspondente à entrada no ensino pré-escolar, em que as duas dimensões, Sobrevivência e Despertar, devem desenvolver-se harmoniosamente e de forma articulada;
- Período dos 6 aos 8 anos, corresponde à primeira fase do ensino básico, um período de adaptação, seja para as crianças que saíram do pré-escolar, para reforço dos conhecimentos, seja para as que não tiveram essa oportunidade e que se beneficiando de ações integradas, poderão usufruir de maiores possibilidades de sucesso.” (CABO VERDE, 2001, p.9).

Porém, como acontece em muitos países da região, Cabo Verde focaliza somente o período da pré-escolarização (4–6 anos) como o mais importante na Pequena Infância (aliás, em muitas regiões, a pequena infância é referida somente como o período da Educação Pré-escolar). Este fato revela, sem qualquer dúvida, uma desarticulação profunda em termos de políticas, definição dos níveis de responsabilidade, formação dos recursos humanos e aproveitamento dos serviços básicos existentes relativos ao desenvolvimento dessas três etapas (resumidamente, a Pequena Infância). “A inexistência de uma visão holística da criança constitui um forte constrangimento à eficácia das ações [...]” (CABO VERDE, 2003, p.18).

Em Cabo Verde, atualmente, na Educação Pré-escolar, segundo o anuário estatístico de Educação (2016) há um total de quinhentos e quarenta e três jardins de infância, sendo trezentos e dezessete públicos e duzentos e vinte e seis privados⁷. O setor conta, ainda, com um total de um mil duzentos e oitenta e três profissionais, sendo todos do sexo feminino; destes, apenas 30,4 % possuem formação⁸.

Quadro 1 Profissionais de infância por ano letivo

Ano/profinf	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016
Educadoras	91	194	250	259	175	131
Monitoras	268	314	321	348	311	259
Orientadoras	757	605	641	644	748	893
Total	1116	1113	1212	1251	1234	1283

Fonte: Construção própria com dados dos anuários da educação dos anos letivos acima mencionados

Em relação ao pessoal docente, cerca de 69,6% não têm a qualificação de base, segundo dados estatísticos do Anuário da Educação 2016, conforme se pode conferir na tabela a seguir.

⁷ Pode-se observar a existência de 41.6 %de jardins de infância privados, o que mostra o pouco investimento do estado na universalização da Educação Pré-escolar.

⁸ Essa formação é variada, desde uma formação pedagógica de curta duração (10 meses a 1 ano), até Cursos médio e superior na área da infância, conforme se pode verificar no Quadro 1.

Tabela 1: Profissionais de infância por categoria em Cabo Verde

Profissionais da infância	Nº	%
Educadoras (com formação superior ou média ⁹)	131	10,2
Monitoras (com formação pedagógica e certificação)	259	20,2
Orientadoras (com habilitação acadêmica sem formação pedagógica)	893	69,6
Total	1283	100

Fonte: Autoria própria com dados estatísticos do Anuário da Educação 2016

Análise documental– resultado das entrevistas

A Educação Pré–escolar é uma das fases de sustentabilidade de todas as outras que vêm a seguir, pois é nesse período que se desenvolvem determinadas competências que servirão de base para o desenvolvimento da aprendizagem durante toda a vida. Assim, não se pode ignorar a sua qualidade e a contribuição para o crescimento de forma integral de todas as crianças.

A partir da análise documental realizada, verificamos que houve muitos esforços para que a Educação Pré–escolar se afirmasse, mesmo indo contra alguns princípios como, por exemplo, igualdade de oportunidades, como foi o caso do artigo 72º da Lei nº103/III/90, de 29 de dezembro, com a nova redação dada pela Lei nº113/V/1999, de 18 de outubro, que incentivou a frequência da Educação Pré–escolar durante dezoito anos, dizendo que “ingressa no Ensino Básico com 6 anos as crianças que tiverem frequentado pelo menos dois anos da Educação Pré–escolar caso contrário ingressaria com 7 anos”. No tocante às dificuldades enfrentadas pela Educação Pré–escolar, o Plano Estratégico para a Educação (Cabo Verde, 2002) identificou que existe “Baixo nível de qualificação das monitoras/ orientadoras; material didático insatisfatório; enquadramento e acompanhamento da área deficiente, condicionando a preparação para o ensino básico”.

⁹ A formação média era de duração mínima de três anos, para pessoas com pelo menos 10ºano de escolaridade, e era ministrada pelo Instituto Pedagógico.

Na entrevista (Anexo I) com os diversos sujeitos da sociedade civil, foram identificados alguns aspectos (Anexo II) no tocante à Educação Pré-escolar hoje. A seguir, será apresentada a análise dos dados.

Constrangimentos no âmbito do pessoal docente

Todos os entrevistados e as entrevistadas afirmaram que o maior constrangimento do pessoal docente tem a ver com a falta de qualificação e a falta de enquadramento do pessoal formado; um das entrevistadas (E3) afirmou ser um constrangimento a demasiada atenção do ensino superior em detrimento desse subsistema e também referiu que há dificuldade na montagem do plano de estudo, devido ao perfil do pessoal¹⁰.

Com a análise documental, percebi que o Estado se responsabiliza pela definição de políticas e criação das condições para a sua implementação, apoiando iniciativas públicas e privadas concernentes à criação de jardins de infância e a fiscalização do seu funcionamento. Segundo o artigo 4º, do Decreto-lei nº5/2001, de 1 de fevereiro, alínea i), “cooperar com a Direção Geral do Ensino Básico e Secundário (DGBES) e a Inspeção Geral na supervisão do cumprimento das orientações emanadas superiormente”

Percurso da Educação

Quando questionados quanto ao percurso da educação em Cabo Verde, os entrevistados e as entrevistadas responderam :

Sete entrevistados e entrevistadas consideram que a educação se transformou para melhor com a independência, sobretudo no que diz respeito à formação de pessoal docente, criação de infraestruturas adequadas, aumento do número de escolas básicas e liceus, formação

¹⁰ Conforme se pode observar no Quadro 1, as orientadoras têm um perfil variado, desde a 4ª classe ao 12º ano, e algumas começaram a trabalhar com as crianças logo após a Independência

de professores. Um dos entrevistados (E4) explicita que “melhorou, mas que é necessário agora pensar na qualidade”.

Conforme a *Revista Meta: avaliação*, v.1, nº3 de 2009, apesar dos avanços do sistema educativo, ainda há que se pensar na melhoria da qualidade de um ensino cada vez mais competitivo.

A entrevistada E3 diz: “Hoje em dia temos quase 5 dezenas de liceus, anteriormente (antes da Independência) tínhamos apenas 2 liceus, Gil Eanes, em São Vicente, e Adriano Moreira, na Praia”.

A entrevistada E8 afirma: “Os avanços foram em todos os níveis. Tanto no âmbito das infraestruturas como do pessoal docente”.

A Educação Pré-escolar antes da Independência

Quatro dos entrevistados e entrevistadas afirmaram que, antes da Independência, não se ouvia falar da Educação Pré-escolar, e três dos entrevistados e entrevistadas disseram que existia a classe Pré-primária, cujos objetivos eram preparar a criança para o ensino primário e a aprendizagem do português. E apenas uma das entrevistadas (E8) afirmou a existência da Casa da Criança, em São Vicente, desde 1962.

O entrevistado E1 afirma: “Antes da independência, a Educação Pré-escolar não existia propriamente dita, uma vez que havia mais iniciativas informais”. Segundo o entrevistado E7, “antes da independência não se ouvia falar da educação pré-escolar e nem nos primeiros anos da independência”.

E de acordo com o entrevistado (E4), o que existia:

É o pré-primário, que embora não tinha os mesmos objetivos, mas se pode enquadrar no que chamamos de Educação Pré-escolar sobretudo porque visava a preparação para a escola primária”

Com essas afirmações, pode-se entender que o termo Educação Pré-escolar surgiu mais tarde, não se sabe se foi antes da reforma ou não. Mas o que se sabe é que o nome veio a ser conhecido na Lei de

Bases do Sistema Educativo, de 1990 (Lei 103/III/90), conforme o artigo 12º:

O sistema educativo compreende os subsistemas de educação pré-escolar, de educação escolar e de educação extraescolar, complementados com atividades de animação cultural e desporto escolar numa perspectiva de integração.

A Educação Pré-escolar após a Independência

Três dos entrevistados e entrevistadas consideram que após a Independência surgiram as primeiras iniciativas, sobretudo do Instituto Cabo-verdiano da Solidariedade (ICS) e outras ONGs, embora para um público muito restrito (crianças desfavorecidas). Três entrevistados e entrevistadas afirmaram que até 1980 “a Educação Pré-Escolar não se desenvolveu, poucos tinham acesso e a qualidade não era grande coisa”. Apenas uma das entrevistadas (E3) considera que logo após a independência esse subsistema não constituía a prioridade com a mesma urgência que o Ensino Básico. E E3 e E8 disseram que surgiram no Mindelo 3 jardins de infância da Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade

O entrevistado E1 afirma “Depois da Independência, quase dez anos depois, surgiram mais iniciativas, havia já uma preocupação maior com a Educação Pré-escolar, mais no âmbito social”. Isso demonstra que a Educação Pré-escolar começou a emergir com um sentido de apoiar as famílias mais carenciadas. Ainda segundo esse entrevistado: “Havia muito apoio e mais atenção por parte do Ministério da Educação. Havia também bastante atenção à saúde das crianças, porque havia visitas de enfermeiros regularmente aos centros da Educação Pré-escolar”. (E1)

Será que a atenção que se dava tanto ao pré-escolar, por parte desses Ministérios, devia-se ao fato de que até a década de 90, a Educação Pré-escolar estava sem “domicílio”, a não ser a atenção especial

que o estado dava através do Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade?

A Educação Pré-escolar após década de 90

Após 1990, quatro entrevistados e entrevistadas afirmam que os ganhos para a Educação Pré-escolar foram enormes, começando o seu desenvolvimento. Apenas uma das entrevistadas considera que evoluíram as medidas das opções feitas, mas que poderia desenvolver mais. Através dos dados, nessa data já havia mais ou menos dez jardins de infância rurais e urbanos em Cabo Verde, segundo a opinião de duas das entrevistadas (E2 e E8).

Qualidade e importância da Educação Pré-escolar

Todos os entrevistados e entrevistadas (8) consideram que a qualidade desse subsistema seria de extrema importância para o desenvolvimento das crianças, e que isso só aconteceria se elas tiverem um pessoal docente capaz (formado e qualificado).

Ainda quatro entrevistados e entrevistadas afirmaram que a abordagem integrada da pequena infância, baseada numa visão multissetorial e multidisciplinar na análise dos problemas, era uma boa estratégia para o melhoramento desse subsistema. Todos os entrevistados e entrevistadas concordam que espaços físicos adequados e bem organizados com materiais didáticos suficientes e de qualidade contribuem para o desenvolvimento das crianças e a consequente melhoria desse subsistema. Consideram também que essa etapa educativa é a primeira no sistema educativo e que contribui para a formação ao longo da vida.

Uma das entrevistadas diz: “Quem não consegue ser um cidadão em miniatura, não consegue com certeza ser na adolescência e muito menos no adulto, será no mínimo um cidadão arrogante... e este não queremos para Cabo Verde” (E3).

Ainda recentemente, numa entrevista ao jornal da noite JN 2015, de 23 de abril, a ex-Ministra da Educação de Cabo Verde, Undina Ferreira, afirmou que: “não podemos falar de uma educação de qualidade se a sociedade não vai bem”. Daí que podemos pensar em encarar a educação pré-escolar como um projeto de cidadania, como afirma Vasconcelos (2000).

Por outro lado, ficou evidente, nos documentos oficiais, como o Guia de atividades curriculares para o jardim-de-infância, que a “criação de espaços sem condições prejudicará o desenvolvimento das crianças”. (Guia de atividades curriculares para a Educação Pré-escolar (s/d, p.7)

As mudanças significativas na Educação Pré-escolar

Todos os entrevistados e entrevistadas consideram que houve mudanças e melhoria na Educação Pré-escolar, sobretudo a partir de 1990, com a sua inserção na Lei de Bases do sistema educativo (Lei 103/III/90), com a gestão das autarquias, a partir de 1992, e com a criação do Departamento da Educação Pré-escolar e Básica dentro da Lei Orgânica do Ministério da Educação.

Contudo, três dos entrevistados e entrevistadas se referem ainda a uma mudança que ocorreu com a criação de um Curso de educação de infância piloto, desenvolvido pelo Instituto Pedagógico (IP), em 1998.

Duas das entrevistadas disseram que ajudou muito a existência de alguns jardins de infância privados como mudanças, uma vez que até 90 ainda não havia iniciativa do gênero.

De acordo com a aprovação pelas Câmaras Municipais, a entrevistada E3 diz:

“A Promoção do desenvolvimento da educação Pré-escolar tem a ver com o ajuda das autarquias, mas também a criação da Lei de bases 103/III/90 deu orientações claras, não é proprietário dos jardins da infância, em entidade empregadora, sobre o pré-

escolar assume a formação, coordenação pedagógica, assistência técnica e capacitação”.

A entrevistada E8 diz que uma das maiores mudanças foi: “Nos jardins de infância eu acho que foi assumir que todas as crianças têm o mesmo direito, mesmo não frequentando o jardim de infância”.

Entretanto, muitos dos entrevistados e das entrevistadas afirmaram ainda que, a partir de 2001, houve a criação de várias escolas privadas com grandes condições (Colégio da turminha, Colégio Semear, entre outros existentes em Cabo Verde), que deram mais oportunidades às pessoas em termos de qualidade desse subsistema. Também uma das entrevistadas se refere à abordagem integrada da pequena infância como uma das mudanças significativas que aconteceu em Santiago, com uma atenção pormenorizada¹¹ dada às três regiões de Santiago (Praia, Santa Cruz e Calheta de São Miguel), devido a algumas fragilidades que a Educação Pré-escolar apresentava nessas zonas.

Os entrevistados e entrevistadas E3, E4 e E6 afirmaram ainda que a Mesa Redonda acerca da Pequena Infância, que aconteceu em Santo Antão, deixou grandes recomendações para a melhoria da Educação Pré-escolar. Os entrevistados e entrevistadas E1, E2 e E3 consideraram que a abordagem integrada da Pequena Infância no âmbito nacional é, sem dúvida, um marco para a Educação Pré-escolar, porque analisará mais de perto os principais constrangimentos desse subsistema e tentará organizá-los. Por fim, os entrevistados e entrevistadas E1, E2, E4 e E5 consideraram que a existência de Cursos Superiores (a partir de 2005) e Médio de Educadores e Educadoras de Infância no país foi de grande importância, uma vez que até a data o curso superior desse pessoal docente só acontecia no estrangeiro.

¹¹ Esta atenção pormenorizada consistia numa visão holística da criança em termos de Educação, Saúde, Desporto e Justiça.

Qualificação docente

Todos os entrevistados e entrevistadas consideram que a falta de qualificação das profissionais da Educação de infância e a falta de enquadramento do pessoal formado são alguns dos grandes problemas do subsistema. Dois entrevistados afirmam que se dá tanta atenção ao Ensino Superior em detrimento desse subsistema, e uma dos entrevistados considera difícil montar qualquer plano curricular do curso de educadores de infância, devido ao nível acadêmico desse pessoal docente.

Pela síntese das entrevistas, podemos enfatizar:

“O perfil dos educadores de infância são mais “dispariz” possíveis por isso fica difícil aplicar qualquer plano curricular, veja na década de 90 os profissionais desta área recrutada era de toda casta permita-me o termo” (E3).

E7 afirma:

“Falta de pessoal fixo, devido à falta de enquadramento, e notamos que encontramos pessoas que utilizam esta profissão como trampolim para agarrar uma outra oportunidade”

E ainda acrescenta

“muitos preferem fazer formação em outra área, devido a inexistência de um salário adequado.”

E7 salienta:

“Há um investimento muito grande no Ensino Superior, quase que se está a esquecer da Educação Pré-escolar, ou se coloca no plano secundário, devia ser o contrário ou em pé de igualdade” (E7)

Nesta sequência, Fulghun (1986) assevera:

Tudo o que hoje preciso realmente saber, sobre como viver, o que fazer e como ser, eu aprendi no jardim de infância. A sabedoria não se encontrava no topo de um curso de pós-graduação, mas no montinho de areia da escola de todo dia.(s/p)

Isto significa que, de acordo com as ideias de Fulghun (1986), a Educação desde a tenra idade é de grande relevância.

“Acho que se deve melhorar a Educação Pré-escolar por que ela é a base da educação”.E6

“O maior problema que eu senti como monitora é sem dúvida: “Falta de material didático...E sem material fica difícil trabalhar”. E2

Como afirma Zabalza (1998, p. 25):

Os materiais didáticos constituem uma condição básica para que se possa dar uma Atenção privilegiada aos aspetos emocionais, permitindo assim o uso de linguagem enriquecida; e conseqüente a diferenciação de atividades para abordar todas as dimensões do desenvolvimento e todas as capacidades” todos estes aspetos fazem parte de uma educação de infância de qualidade.

Propostas de melhoria

No que tange às propostas de melhoria para a Educação Pré-escolar, todos os entrevistados consideram que o investimento na formação, aquisição de materiais, melhoria das infraestruturas e conseqüentemente a melhor ligação entre os subsistemas e a melhor ligação entre as delegações do Ministério da Educação e Desporto e as Câmaras Municipais, o enquadramento do pessoal docente formado, todos

esses itens poderiam melhorar e muito a qualidade desse subsistema e seu desenvolvimento.

Duas das entrevistadas (E2 e E5) afirmaram que o cumprimento das leis existentes e posteriormente a definição clara de uma política para a pequena infância melhoraria e muito o subsistema.

Uma das entrevistadas afirma que: “Se me perguntarem a mim como presidente de instituição de formação, qual é o meu maior desejo? [...], é que os educadores de infância formados pelo Instituto Pedagógico sejam enquadrados”. (E3)

Ainda dentro das propostas de melhoria, quatro dos entrevistados e entrevistadas consideram que a ideia que o governo tem em generalizar a Educação Pré-escolar seria uma justiça enorme ao subsistema, uma vez que chegaria a todos os cantos do país e haveria com certeza o aumento de frequência por parte das crianças.

Por fim, três entrevistadas (E3, E5 e E7) afirmam que é necessário dar mais atenção a esse subsistema, tanto por parte do Ministério da Educação, das Câmaras Municipais e de toda a sociedade civil.

Em consonância com isso, o Plano Estratégico para a Educação (2005, p.24), recorda-nos ainda que existem disfuncionamentos e assimetrias dos quais importa destacar:

- A desarticulação entre o pré-escolar e o Ensino Básico evidenciada por uma mudança brusca de conteúdos, de metodologias, de posturas e até do ambiente físico;
- A insuficiente qualificação dos docentes e a concentração dos professores mais qualificados nos meios urbanos;
- A utilização de metodologias, muitas vezes, não propiciadoras do desenvolvimento da criatividade e da participação da criança;
- Sistema demasiado centralizador, não favorecendo o papel da escola como centro de comunicação e de adoção de comportamentos mais favoráveis sobre os direitos, o género, a saúde e a higiene.

Considerações finais

A educação em Cabo Verde tem se desenvolvido de uma forma gradual e consciente, contornando sistematicamente

[...] os desafios [para o setor educativo], exigindo o aprofundamento das reformas, a alteração ou a afirmação de claras orientações estratégicas e uma maior unidade de princípios para se conseguir um desenvolvimento equilibrado e sustentável para todo o sistema. (Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, 2003, p.11).

De acordo com este estudo, pode-se enfatizar que há um consenso entre as entrevistadas e os entrevistados no que tange a esse sub-sistema. Em quase todos os aspetos pesquisados, a maioria dos entrevistados e entrevistadas se convence da mesma ótica. Por exemplo, o percurso da educação, os constrangimentos, as perspectivas para a expansão da Educação Pré-escolar. Pode-se observar que em quase todos os indicadores há 100% das entrevistadas e dos entrevistados ou uma maioria significativa que defende tanto os pontos positivos e negativos dos aspetos estudados, o que se significa que os problemas da Educação Pré-escolar estão identificados e todos apontam para a mesma solução. E a entrevistada E3 põe a tónica na importância de investir na Educação Pré-escolar afirmando: “Quem não consegue ser um cidadão em miniatura, não consegue com certeza ser na adolescência e muito menos no adulto, será no mínimo um cidadão arrogante... e este não queremos para Cabo Verde”.

Somada às utopias republicanas e por que não socialistas, segundo Amílcar Cabral, herói da Nação Cabo-verdiana, conclui-se que há necessidade de reforço de medidas claras de incentivo e promoção de uma Educação Pré-escolar democrática, pública, gratuita, laica e de qualidade, apostando na formação específica do pessoal docente, na construção e remodelação de jardins de infância autenticamente cabo-verdianos, “com enfoque no pensamento pós-colonial e centrado na criança, em suas linguagens e sua participação na construção da reali-

dade social pelas culturas infantis” (Plano Estratégico para a Educação, 2005, p.24) e na “universalização do acesso” (Decreto-lei nº13/2018, de 7 de dezembro, artigo 16º, ponto 1), sem antecipar a escolaridade obrigatória.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BOGDAN, Robert & Biklen, Sari, **Investigação Qualitativa em Educação**. Uma Introdução à Teoria e aos Métodos. Porto: Porto Editora, 1999.

CABO VERDE, Assembleia Nacional. **Constituição da República**. 4.ed. Praia, 2010.

_____. Ministério de Educação e Valorização dos Recursos Humanos, **Lei n.º 103/III/90 de 29 de dezembro**. Lei de Bases do Sistema Educativo, 1990.

_____. Ministério de Educação e Valorização dos Recursos Humanos. Alteração **Lei nº 113/V/99 de 13 de outubro**. Lei de Bases do Sistema Educativo, 1999.

_____. Ministério de Educação e Valorização dos Recursos Humanos (2002). **Plano Nacional de Ação de Educação para Todos**. Praia, 2002.

_____. Ministério de Educação e Valorização dos Recursos Humanos. **Plano Estratégico para a Educação**. Praia, 2003

_____. Ministério de Educação e Valorização dos Recursos Humanos. **Guia de atividades curriculares para os jardins de infância**. Praia, s/d

_____. Ministério de Educação e Valorização dos Recursos Humanos. **Decreto Legislativo n.º 2 de 2004**. Estatuto do Pessoal Docente, 2004.

_____. Ministério de Educação e Desporto, **Decreto-Legislativo nº 2/2010 de 7 de maio**. Lei de bases do sistema educativo, 2010.

_____. Ministério de Educação e Desporto, **Decreto–Legislativo nº 13/2018 de 7 de dezembro**. Alteração ao decreto legislativo nº2/2010 de 7 de maio

_____. Ministério da Educação. **Principais Indicadores da Educação**. Praia, 2017.

_____. Ministério da Educação. **Anuário estatístico**. Praia, 2016.

ESTRELA, Albano. **Teoria e Prática de Observação de Classes. Uma Estratégia de Formação de Professores**. Porto: Porto Editora, 1994.

FULGHUN, Robert. **Tudo que eu devia saber na vida aprendi no jardim de infância: ideias incomuns sobre coisas banais**. São Paulo: Editora Best Seller, 1986.

PEIXOTO, Ana Maria. **A criança e o conhecimento do mundo: atividades laboratoriais em ciências físicas**. Lisboa: Editorial Novembro, 2008.

SILVA, António Correia e. **Combates pela História**. Praia: Edições Spleen, 2003.

TOLENTINO, André Corsino. **A universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verde**. 2. ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

UNICEF e o Instituto Cabo–verdiano de Menores. **Proteção Jurídica da Infância**, Praia, 1994.

ZABALZA, Miguel, **Qualidade em Educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

JN 2015, de 23 de abril.

I série do **Boletim oficial nº5/2001** de 1 de fevereiro. Perfil e Atribuição do Coordenador do Pré–escolar.

I série do **Boletim oficial nº4 /2001** de 1 de fevereiro. Normas e Orientações pedagógicas para a Educação Pré–escolar.

I série, **Boletim oficial nº43** de 24 de novembro de 2008 artº 1º. Ingresso no Ensino Básico.

I série, **Boletim oficial nº23** de 23 de abril de 2008, Decreto–legislativo nº19/2018 de 23 de abril. artº 1º. Extinção do Instituto Universitário de Educação.

Anexo I– Caraterização das(os) entrevistadas(os)

Código	Sexo	Ilha/Concelho	Função	Habilitações Literárias
E1	M	Santiago/ Santa Catarina	Professor do IUE	Doutor
E2	F	Santiago, São Domingos	Educadora de infância Técnica da Educação Pré–escolar do ME	Licenciado
E3	F	Santiago/praias	Presidente do Instituto pedagógico	Mestre
E4	M	Santiago/ São Domingos	Vereador de Educação da Câmara Municipal	Mestre
E5	F	Santiago/praias	Mestre em Educação especial e licenciado em Educação de Infância– Técnico do ME	Mestre
E6	F	Santiago/São Domingos	Educadora de infância	Curso médio para o Magistério
E7	M	Santiago/Santa Catarina	Sociólogo	Licenciado
E8	F	São Vicente	Educadora de infância	Curso médio para o Magistério

Anexo II – Guia das entrevistas

Bloco	Objetivos Específicos	Formulário de Questões	Obs
<p>Bloco A–Legitimação</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Legitimar a entrevista – Informar sobre a natureza do trabalho e suas finalidades –Assegurar a confidencialidade das respostas – Valorizar o contributo do entrevistado –Caracterizar o entrevistado 	<ul style="list-style-type: none"> – Informar, em linhas gerais, a investigação e o objetivo da entrevista. –Agradecer a colaboração, que é imprescindível para o êxito do trabalho. –Assegurar o carácter confidencial das informações –Recolher informações sociodemográficas do entrevistado e da entrevista. 	<p>.</p>
<p>Bloco B Percurso da Educação Pré-escolar em Cabo verde</p>	<p>Conhecer a opinião dos entrevistados relativamente à evolução da Educação Pré-escolar nas duas ilhas antes e depois da Independência.</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Em sua opinião, que contributos a Independência de Cabo Verde teve no campo da educação? – Como era a educação de infância antes da Independência? E depois? 	
<p>Bloco C Caracterização do Sistema Educativo</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Recolher a opinião dos entrevistados que permita caracterizar as principais mudanças do sistema educativo cabo-verdiano 	<ul style="list-style-type: none"> – Quais foram as mudanças que considera mais importantes no sistema educativo cabo-verdiano? –Houve algumas mudanças relativas à Educação Pré-escolar depois da Independência? 	<ul style="list-style-type: none"> – Espaço físico –Pessoal docente e não docente –Materiais –A nível salarial

<p>Bloco D Constrangimen- tos e desafios</p>	<p>–Identificar os princi- pais constrangimentos e desafios da Educação Pré-escolar em Santia- go.</p>	<p>– Que dificuldades enfrenta a Educação Pré-escolar no seu concelho? (concelho= região) – Que desafios a Edu- cação Pré-escolar en- frenta neste momen- to? –Poderia apontar al- gumas sugestões para a sua melhoria?</p>	<p>–Infraes- trutura –Pessoal docente e não do- cente? –A nível salarial do pesso- al docen- te?</p>
<p>Bloco E Questões Finais e agradecimentos</p>	<p>– Saber se existem as- pectos a acrescentar. –Agradecer a colabora- ção prestada.</p>	<p>– Perguntar ao entre- vistado e entrevistada se propõe algum as- pecto ou esclareci- mento complementar para os objetivos do trabalho. – Formular os agrade- cimentos e a colabo- ração prestada.</p>	

Fonte: Elaboração própria, baseada em ESTRELA (1994)

